

Seis funcionários do Estado, dos quais cinco que integravam uma comissão de gestão da extinta empresa de Transportes Públicos da Beira (TPB) e outro que geria um fundo social dos trabalhadores, encontram-se detidos na cidade da Beira, província de Sofala, incriminado de roubo reiterado de mais de 12 milhões de meticais e branqueamento de capitais.

o Dois são funcionários do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), igual número da Direcção Provincial da Economia e Finanças e ainda outros dois trabalhadores daquela da antiga firma TPB. Estes últimos eram primeiro e segundo vogal, respectivamente, e um deles era também gestor do fundo social dos trabalhadores.

Para lograrem os seus intentos, eles criaram um subsídio ilegal em benefício próprio. Por isso, eles “encontram-se detidos por prática de peculato e branqueamento de capitais”, disse à imprensa o porta-voz do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção (GPCC) em Sofala, João Chua.

Segundo a fonte, os acusados “apoderaram-se, indevidamente, de 12.190.511.56 meticais”. O gestor do fundo social do trabalhadores dos extintos TPB desviou 147 mil meticais.

De acordo com o GPCC em Sofala, os indiciados inventaram um esquema para retirar o montante em alusão, de Outubro de 2015 a Maio de 2017. A denúncia, em anonimato, foi feita em 2017, e a entidade que lida com a corrupção em Sofala não se fez de rogada, tendo iniciado uma investigação que provou que os ex-TPB e os trabalhadores estavam a ser lesados.

Aliás, a ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namachulua, disse na quarta-feira (08), na abertura do IV conselho coordenador da sua instituição, na província de Maputo, que, em 2017, mais de dois mil funcionários e agentes do Estado foram punidos por envolvimento em actos e corrupção. Alguns foram expulsos.

Refira-se que a empresa TPB foi extinta a 21 de Fevereiro de 2017, pela segunda vez. A primeira foi em 2015, por gestão danosa e violação da lei que orientava o funcionamento daquela firma, cujos património foi dividido pelos municípios da Beira e do Dondo.

Na altura, o edil da Beira, Daviz Simango, não concordou com a decisão do Governo devido a várias irregularidades levaram praticamente à falência dos TPB. Ele considerou ainda “estranho que o Conselho de Ministros, num período de 18 meses, tenha extingue a mesma empresa pela segunda vez sem revogar o anterior Decreto 15/2015, de 31 de Julho, sem naturalmente o cumprimento do propósito para que o mesmo foi criado”.